

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: A INTERFACE COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO DOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LUÍS

Fernanda Aline Costa França<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A inter-relação entre a Educação Profissional e a Educação Especial vem mostrar-se como ferramenta de inclusão das pessoas com deficiência. Para tanto, a Secretaria Municipal de Educação de São Luís por meio da Superintendência da Área de Educação Especial (SAEE-SEMED), a partir da implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva identificou a necessidade além da implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a relevância da efetivação do Projeto de Educação Profissional, hoje "Programa Oportunizar", realizado nas Salas de Recursos Profissionalizantes (SRPs) do município, com intuito de garantir acesso, permanência e equidade de direitos à educação e cidadania aos estudantes com deficiência da rede municipal de ensino de São Luís.

O presente trabalho apresentará breve histórico do "Programa Oportunizar" e delineará ações inclusivas desenvolvidas na rede municipal de ensino de São Luís. As experiências aqui relatadas serão pautadas em documentos legais, dados de avaliações e acompanhamentos realizados pela equipe do Programa. Portanto, relato sobre a Educação Humana Integral na Educação Básica, o Trabalho como princípio educativo e o processo de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (PCD).

Como bases teóricas, temos os estudos de Ramos (2014), Kuenzer (1998) e Sazzaki (1999). Através da análise de dados, é possível perceber que as ações têm possibilitado acesso e fomento da formação para a cidadania dos estudantes com deficiência.

# O PROGRAMA OPORTUNIZAR: BREVE HISTÓRICO E AÇÕES INCLUSIVAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ESPECIAL DA REDE MUNICIPAL DE

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Maranhão - IFMA. Professora do Programa Oportunizar da Superintendência da Área de Educação Especial (SAEE/SEMED). E-mail: fernandaf@acad.ifma.edu.br.



### SÃO LUÍS

Diante do paradigma da inclusão, deve-se refletir a educação da PCD como garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. Com a Lei nº 13.632/2018, que alterou o § 3º do art. 58 da Lei nº 9394/96, legítima que a oferta da modalidade de educação especial tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida.

Esta mesma Lei determina que a Educação Profissional seja desenvolvida em articulação com o ensino regular ou modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas de ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho.

A regulamentação de políticas públicas, que priorizam a inclusão de PCD no Brasil, gera possibilidade de continuidade do seu processo de construção do conhecimento e apropriação ativa do próprio saber ou saber adquirido ao longo da vida em sociedade, resgatando a autoestima e criatividade nas práticas para a vida do trabalho e da formação para a cidadania. Na qual podemos destacar:

A política de emprego e a colocação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, obrigando as empresas a preencher de 2% a 5% de seus cargos com pessoas com deficiência, podendo demonstrar suas competências e habilidades, assim como a superação de barreiras, descaracterizando a crença assistencialista (BRASIL, 1999).

Assim, a Rede Municipal de Educação de São Luís implementou em 2008 o "Programa Oportunizar", que tem como objetivo qualificação, inclusão e acompanhamento no trabalho dos estudantes a partir dos quinze anos e egressos com deficiência do município.

A educação de qualidade é efetiva para todos, dever-se-á pensar na diversidade e nos diferentes estilos de aprendizagem na escola e no trabalho, que caracteriza de forma emancipatória à PCD ao longo da sua vida. Há fortes discussões sobre a educação politécnica, que ressalta o trabalho como princípio educativo como ação transformadora e dinâmica, concebendo teoria e prática; ativa e reflexiva (KUENZER, 1998, p. 29).

Logo, as ações planejadas como processo formativo mais emancipatório em que os sujeitos não sejam alijados pelo sistema produtivo, vem contribuir com a formação dos estudantes com deficiência na educação básica.



## **Quadro 1:** ações do Programa Oportunizar

Etapas da Estrutura Organizacional	Ações inclusivas	
1ª: Preparação para o trabalho • Habilidades básicas e de gestão • cursos de formação inicial e continuada de Educação Profissional no AEE-SRPs • Encaminhamentos da Educação Profissional	<ul> <li>Avaliação Biopsicossocial e das Necessidades Educacionais Específicas dos estudantes;</li> <li>Entrevista com os pais/responsáveis;</li> <li>Planejamento do currículo a partir das singularidades do estudante;</li> <li>Orientação à família e ao estudante para acompanhamento médico periódico, laudo médico com CID, documentos pessoais e exames admissionais;</li> <li>Intervenções relacionadas ao uso do salário, autocuidado, saúde e segurança no trabalho, habilidades de autogestão e do trabalho autônomo por meio das oficinas de economia criativa.</li> </ul>	
2ª: Qualificação para o trabalho  • Habilidades específicas  • Cursos em parceria com o Sistema S  • Projetos e Oficinas Pedagógicas na SRPs	<ul> <li>Elaboração e implementação de Projetos e Oficinas Pedagógicas (horta, culinária e artesanatos com materiais reciclados);</li> <li>Parceria com as instituições (orientações conforme as especificidades do estudante);</li> <li>Seleção dos cursos (auxiliar administrativo, almoxarife, caixa, repositor, cozinha, camareira, hotelaria, dentre outros;</li> <li>Aulas extracurriculares (passeios, visitas e aula campo)</li> <li>Organização do espaço e preparação dos cursistas;</li> <li>Inscrição e acompanhamento nos cursos;</li> <li>Certificação.</li> </ul>	
3ª: Inserção e Acompanhamento no Trabalho	<ul> <li>Análise das vagas e funções de trabalho;</li> <li>Direcionamento dos estudantes às empresas;</li> <li>Encaminhamento dos Currículos e Acompanhamento no momento de Seleção e Entrevista nas Empresas;</li> <li>Acompanhamento, Supervisão e Orientação no trabalho;</li> <li>Orientações e formações às empresas parceiras sobre Inclusão e permanência dos estudantes no mundo do trabalho.</li> </ul>	



**Fonte**: dados da pesquisa na SAEE-SEMED.

A Equipe do Programa realiza acompanhamentos e monitora o quantitativo de estudantes, contribuindo com apoio multiprofissional, orientações e mediações sobre suas singularidades, vindo a minimizar barreiras, evitar evasão e oferecer suporte com vista à permanência na empresa.

**Tabela 1:** levantamento quantitativo total de estudantes no período de 2008/2020

Atendidos nas SRPs	Encaminhados ao Trabalho	Inseridos no Trabalho
500	150	62
	30%	41,333%

Fonte: dados da pesquisa na SAEE-SEMED.

É notório, a partir da análise da Tabela 1, que os resultados apresentam quantitativo expressivo de acesso, ainda com baixa frequência de encaminhamentos ao mercado de trabalho, que ainda se dar pela dificuldade em firmar parcerias com empresas, que possam vir a cumprir com a ação afirmativa, bem como a sua permanência no trabalho. Considerando, a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), que destina em seu Art. 1º "assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania".

Para Marise Ramos (2014, p. 14) a educação profissional deve-se constituir para a formação humana integrada, não para simplesmente inserção ao mercado de trabalho, deve-se transformar a realidade dada para uma ressignificação da realidade para si, de formação humana integral e emancipatória, tendo como bases conceituais como unidade entre ciência, cultura, tecnologia e trabalho, conceitos indissociáveis para o produto da humanidade, que é vivenciado e construído no dia a dia do sujeito, das suas relações e dos seus contextos. Portanto, a interface entre a educação profissional e a educação especial fomenta as ações inclusivas e a equidade de direitos, contribuindo para o processo de inclusão para a cidadania dos estudantes com deficiência.



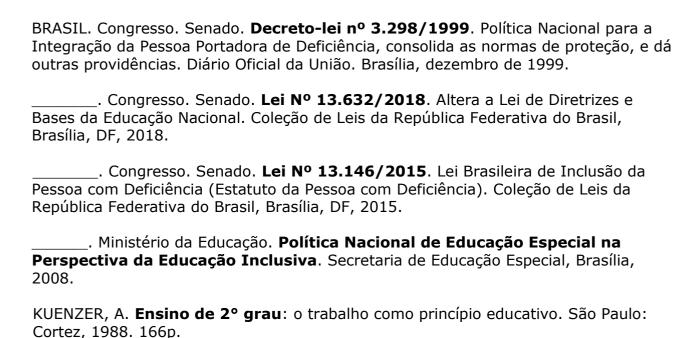
### **CONSIDERAÇÕES**

A educação profissional na interface da educação especial tem um papel fundamental para possibilitar que os indivíduos envolvidos no processo de inclusão da pessoa com deficiência se apropriem de determinados conceitos, conhecimentos e possam experimentar, em seu próprio processo de aprendizagem, o desenvolvimento de novos olhares e de novas práticas necessárias para atuar e construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Segundo Sassaki (1999, p. 41), a inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. Parte da ideia, que todos devem estar preparados para a diversidade, vindo a conhecer e respeitar as singularidades de cada indivíduo.

Por fim, reafirma a necessidade de ampliação da oferta de aprendizagem no contexto do trabalho e de políticas públicas que legitimem a Educação Profissional e Educação Especial como ferramenta ao processo de inclusão dos estudantes com deficiência da Educação básica, tendo o trabalho como princípio educativo para potencializar a equidade de direitos ao longo da vida das Pessoas com Deficiência.

#### **REFERÊNCIAS**





SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.